

# Relatório de Avaliação e Controlo PDM de Oliveira do Hospital



# PLANO DIRETOR MUNICIPAL OLIVEIRA DO HOSPITAL

Relatório de Avaliação e Controlo

Município de Oliveira do Hospital | março 2023





## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	3
<b>EQUIPA TÉCNICA</b> .....	4
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO</b> .....	7
<b>3. EFICIÊNCIA DO QUADRO DE GOVERNANÇA E DE QUAISQUER ALTERAÇÕES INSTITUCIONAIS</b> .....	17
<b>4. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E CONDIÇÕES OU ORIENTAÇÕES ADICIONAIS</b> .....	37
<b>5. INCERTEZAS E ACONTECIMENTOS INESPERADOS</b> .....	40
<b>6. PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE CONTROLO</b> .....	44
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>ANEXO I</b> .....	50
<b>ANEXO II</b> .....	52

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1. Diretrizes de Seguimento</b> .....	7
<b>Tabela 2. Quadro de Seguimento e Controlo</b> .....	11
<b>Tabela 3. Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Oliveira do Hospital</b> .....	28
<b>Tabela 4. Alterações no QRE</b> .....	38
<b>Tabela 5. Riscos naturais, tecnológicos e mistos analisados no âmbito do PMEPCOH</b> .....	41
<b>Tabela 6. Proposta de revisão do Plano de Controlo</b> .....	44

## SIGLAS

<b>AAE</b> – Avaliação Ambiental Estratégica
<b>APA</b> – Agência Portuguesa do Ambiente
<b>CMOH</b> – Câmara Municipal de Oliveira do Hospital
<b>DA</b> – Declaração Ambiental
<b>FCD</b> – Fator Crítico de Decisão
<b>PDM</b> – Plano Diretor Municipal
<b>PDMOH</b> – Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital
<b>QRE</b> - Quadro de Referência Estratégico
<b>RA</b> – Relatório Ambiental
<b>RFC</b> – Relatório de Fatores Críticos
<b>RJAAE</b> – Regime de Avaliação Ambiental Estratégica
<b>RJIGT</b> – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial

## EQUIPA TÉCNICA

A elaboração do Relatório de Avaliação e Controlo do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital (PDMOH) encontra-se a cargo da empresa João José Lourenço Unipessoal, Lda., sob a coordenação da Doutora Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício o relatório envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

### **Joana Valente | Coordenação**

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

### **Lin Xumiao | Técnica**

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

João José Lourenço Unipessoal, Lda.  
30/03/2023





## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo do procedimento de AAE da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital (PDMOH), elaborado com o intuito de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente derivados da aplicação e execução do Plano.

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital foi publicada no Diário da República, 2.ª Série - N.º 189, de 1 de outubro de 2014, através do Aviso n.º 10986/2014, com entrada em vigor no dia seguinte. A presente avaliação e controlo refere-se ao período constituído entre a publicação da 1ª Revisão do PDM até ao momento.

Durante o período de vigência da 1ª Revisão do PDMOH, o mesmo foi alvo de duas correções materiais, uma concretizada pela Declaração n.º 154/2015, de 24 de julho, no Diário da República 2ª Série, n.º 143 de 24 de julho de 2015, e outra pela Declaração n.º 39/2016, de 31 de maio, no Diário da República 2ª Série, n.º 104. Ademais, foram ainda efetuadas três alterações e uma alteração por adaptação, através do Aviso n.º 10986/2014, de 1 de outubro, Aviso n.º 10986/2014, de 1 de outubro, Aviso n.º 10986/2014, de 1 de outubro, e a Declaração n.º 6/2017, de 27 de janeiro, respetivamente.

É de salientar que a revisão do PDMOH foi qualificada e sujeita à AAE, de onde adveio a DA, remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), cumprindo com o disposto no Artigo 10.º do Regime de Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE) conjugado com o artigo 151º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, (comumente designado como RJAAE), que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho e especificado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Neste contexto, a avaliação e controlo dos efeitos significativos resultantes da aplicação e execução de um Plano ou Programa é obrigatória, pelo referido DL n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11º, quando refere que “... as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”. Essa avaliação deverá ser realizada com uma periodicidade mínima de um ano, donde resultará um Relatório de Avaliação e Controlo (presente relatório).

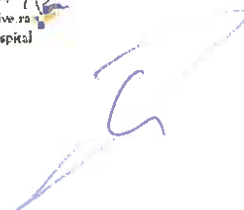
Perante o enquadramento acima mencionado, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital submete, assim, o primeiro Relatório de Avaliação da 1ª Revisão do PDM à APA, com o objetivo de se fazer cumprir o legalmente estabelecido: avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente provenientes da execução do PDM.

A metodologia desenvolvida tem por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho, como as linhas de orientação presentes no “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE” (APA, 2012), e na Nota Técnica “A Fase de Avaliação e Controlo em Sede dos Procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas” (APA, 2020).

De acordo com o “Guia de Melhores Práticas para AAE”, num programa de seguimento podem considerar-se as seguintes tarefas, que deverão ser vertidas no conteúdo dos Relatórios de Avaliação e Controlo:

- a) Desenvolver, ou rever, diretrizes de seguimento (planeamento, gestão e monitorização);
- b) Averiguar a eficiência do quadro de governança e de quaisquer alterações institucionais;
- c) Verificar alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais;
- d) Investigar incertezas e acontecimentos inesperados;
- e) Verificar a adequação dos indicadores de monitorização;
- f) Analisar os indicadores de seguimento selecionados (de preferência não mais de 20);
- g) Confirmar a eficiência da AAE – qual foi o valor acrescentado da AAE para a decisão, para o ambiente e para os progressos em direção à sustentabilidade.

Mais de refere que *“um programa de seguimento inclui indicadores de monitorização, um sistema expedito de avaliação, o apoio de um conjunto variado de instrumentos de avaliação e uma equipa responsável, assim como os recursos necessários para permitir que os Relatórios de Avaliação e Controlo sejam sistematicamente atualizados”* (APA, 2020).



## 2. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO

A Declaração Ambiental, resultante do processo de AAE, contém a descrição dos principais riscos ambientais associados à materialização da 1ª Revisão do PDMOH e um conjunto de medidas de Diretrizes de Seguimento (tabela seguinte), que deverão ser alvo de acompanhamento e monitorização por parte da entidade responsável na fase de seguimento do Plano. Desta forma, será possível uma identificação atempada dos efeitos negativos previstos (ou imprevistos) no ambiente decorrentes da execução do Plano, permitindo a respetiva mitigação.

Tabela 1. Diretrizes de Seguimento.

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de fatores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atrativa dos aglomerados urbanos;</li><li>• Em novas áreas habitacionais devem ser definidas áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades - vias principais, via distribuidoras locais, acessos a áreas residenciais;</li><li>• Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal;</li><li>• Integração no Regulamento do PDM de Oliveira do Hospital em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregai do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM;</li><li>• Garantir que no processo de licenciamento de obras, mesmo nas áreas onde já existam compromissos assumidos, se assegure que as canalizações de linhas de água sejam amplas e não apresentam estrangulamentos;</li><li>• Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos;</li><li>• Privilegiar a instalação de atividades que contribuem para a diversificação das atividades produtivas, sobretudo nos sectores agrícola e florestal;</li><li>• Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território;</li><li>• Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;</li><li>• Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho;</li><li>• Promover a requalificação de todos os edificios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada;</li><li>• Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;</li></ul>

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventariação e atualização periódica dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes;</li> <li>• Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como infraestruturização de trilhos e percursos da natureza.</li> </ul>
<p><b>Qualidade Ambiental</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação (tópica e difusa);</li> <li>• Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes no concelho;</li> <li>• Promover a reutilização das águas residuais tratadas;</li> <li>• Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a melhoria da qualidade ambiental das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água;</li> <li>• Assegurar a cobertura da rede de abastecimento e de drenagem do município; - Promover parceria intermunicipal para a promoção da qualidade da água fluvial</li> <li>• Dependem o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomo e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia;</li> <li>• Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas;</li> <li>• Desenvolver e implementar uma estratégia municipal orientada para a melhoria da qualidade de água das linhas de água presentes no concelho, de modo a potenciar também a valorização das praias fluviais;</li> <li>• Articular o Mapa de Ruído do Concelho com os Mapas de Ruído de Concelhos vizinhos, promover a elaboração de planos municipais de redução do ruído;</li> <li>• Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacto ambiental ou de incidências ambientais de todos os projetos enquadrados neste âmbito, como os Planos de urbanização, as Zonas Industriais, e áreas em expansão a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;</li> <li>• Programar e coordenar as atividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximo da obra (especialmente junto a áreas residenciais);</li> <li>• Definir um horário de trabalho adequado, com a interdição de realização de atividades de construção que originem níveis de ruído elevado (como exemplo, a circulação de veículos pesados e trabalhos que recorram a maquinaria ruidosa deverão ser interditos das 20h às 7h, e durante os fins-de-semana e feriados);</li> <li>• Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras;</li> <li>• Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico; - Integração paisagística nas zonas de fronteira das áreas industriais, de armazenamento e serviços, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual e de poluição sonora e de poluição da qualidade do ar. Estas cortinas deverão conter uma diversidade de espécies arbóreas e arbustivas e contribuem para a redução dos efeitos do ruído e do vento. Estes espaços deverão ser devidamente conservados de modo a não aumentarem os riscos de propagação de incêndios florestais;</li> <li>• Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas</li> </ul>





FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação
	<p>margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução de Campanhas de Sensibilização da população para de modo a minimizar e alertar para os problemas de saúde da população, decorrentes do risco de Radão;</li> <li>• Implementar sistemas de Energias renováveis e de Certificação energética em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia e à redução de emissões de CO<sub>2</sub>;</li> <li>• Garantir às autoridades competentes informação sobre a localização e identificação dos fatores de risco existentes.</li> </ul>
<b>Riscos Naturais e Tecnológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;</li> <li>• Promover em terrenos privados a reflorestação com espécies autóctones;</li> <li>• Exigir o cumprimento dos Planos de Recuperação Paisagística das explorações de recursos minerais e assegurar o seu controlo rigoroso;</li> <li>• Articular as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência;</li> <li>• Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações;</li> <li>• Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações.</li> </ul>
<b>Biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expressão no Regulamento do PDM em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregai do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM de Oliveira do Hospital;</li> <li>• Promoção de estudos de caracterização da distribuição das espécies e habitats com estatuto de proteção e de outras espécies com interesse conservacionista ocorrentes no concelho. Estes permitirão obter informação atualizada e rigorosa, essencial para uma adequada caracterização da situação de referência em projetos futuros. Numa fase posterior poderão contribuir para o rigor e eficácia de planos de gestão e/ou ação visando a biodiversidade que possam vir a ser propostos no concelho;</li> <li>• Apresentação de propostas relativas à prevenção e combate de incêndios florestais, proteção da floresta contra doenças (e.g. nematode do pinheiro) e controlo de espécies florestais invasoras (mimosa);</li> <li>• Propostas de medidas de apoio ao aproveitamento das espécies autóctones folhosas para produção de madeira de qualidade (e.g. reconversão de pinhais e eucaliptais);</li> <li>• Criação de carta de Valores Paisagísticos, que permita representar a área de abrangência visual dos principais valores paisagísticos identificados.</li> <li>• Proposta de medidas de promoção do aproveitamento dos recursos naturais presentes (e.g. percursos para observação de fauna e flora).</li> </ul>
<b>Património Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;</li> <li>• Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;</li> <li>• Criação de mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais)</li> </ul>

FCD	Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação
	<p>à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;</li><li>• Deve ser promovida a valorização e aproveitamento do património arqueológico para a realização de atividades didáticas e científicas;</li><li>• Dinamização e salvaguarda do património histórico e arqueológico através da organização e promoção de atividades de animação cultural e recreativa.</li></ul>

Somando às diretrizes referidas na tabela anterior, aquando da AAE procedeu-se igualmente à elaboração de um Quadro de Seguimento e Controlo, com o objetivo de garantir uma contribuição positiva do PDMOH para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, procurando o cumprimento das diretrizes de gestão, planeamento, monitorização e avaliação durante o período de vigência do Plano.

O Quadro de Seguimento e Controlo sustenta a identificação dos indicadores de monitorização e controlo (Quadro 1 (Quadro de Seguimento e Controlo) da Declaração Ambiental), a promover durante a execução do PDMOH, e que assumirão um contributo determinante para alcançar os objetivos de sustentabilidade preconizados no âmbito da AAE e as metas estabelecidas noutros documentos estratégicos.

É de referir que os indicadores apresentados no Quadro de Seguimento e Controlo se restringem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território, bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano e devem ser atualizados com uma periodicidade mínima anual, pela entidade responsável pelo seguimento do Plano.

O referido quadro incide sobretudo sobre os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento assumido pelo município de Oliveira do Hospital face às metas preconizadas, quer em documentos de natureza estratégica, quer pela própria autarquia.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores, considera-se como relevante o cenário de desenvolvimento de estudos capazes de garantir a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

No quadro seguinte apresenta os indicadores, juntamente com os valores base, tidos como pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento da execução da 1ª Revisão do PDMOH, dele constando igualmente as metas a alcançar pelo Município.

**Tabela 2. Quadro de Seguimento e Controlo.**

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Ordenamento do Território	<b>As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento</b>				
	Taxa de execução do espaço urbano programado	ha	-		2011
	Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação	ha	-	206,88	2011
	Evolução do número de estabelecimentos industriais em solo rural	Nº	-		2011
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	A definir aquando da DA	156,9	2011
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	Nº de estabelecimentos	-	34	2011
	Taxa de ocupação das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)	%	A definir aquando da DA	-	-
	Evolução dos espaços afetos à exploração de recursos geológicos	ha	-	Consolidada – 813,89 Recuperação – 49,25 Potencial – 2484,64	2011
	Índice de poder de compra – IPCC			65,25	2007
	<b>Instrumentos de gestão territorial</b>				
	Evolução global das áreas urbanas	ha	-	2142,1	2011
	<b>Condicionantes, áreas naturais</b>				
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	-	2573,77	2011
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	-	4816,8	2011
Áreas afetadas ao Regime Florestal	ha	-	599	2011	
Áreas em Rede Natura 2000	ha		6 576	2011	



	Estrutura Ecológica Municipal	ha		13550,5	2011/ Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (CMOH)
	<b>Acessibilidades e Mobilidades</b>				
<b>Qualidade Ambiental</b>	Nº de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº		-	-
	<b>Abastecimento de água</b>				
	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	PEAASAR: ≥ 99%	84,28%	2003/ CMOH
	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido	%	PEAASAR: < 1%	3,10%	Média dos anos de 2009 a 2010/ CMOH
Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%		--	--	
<b>Drenagem e tratamento de águas residuais</b>					
	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	PEAASAR: 85% (2013)	79,89%	2003/ CMOH
	Eficiência do tratamento realizado	%		<ul style="list-style-type: none"> <li>• ETAR Aldeia das Dez: CBOs: 73% CQO: 78% SST: 85%</li> <li>• ETAR Avó: CBOs: 93% CQO: 94% SST: 98%</li> <li>• ETAR Digueifeil: CBOs: 90% CQO: 89% SST: 98%</li> <li>• ETAR Ervedal da Beira: CBOs: 92% CQO: 88% SST: 92%</li> <li>• ETAR Lagares da Beira: CBOs: 74% CQO: 67% SST: 42%</li> <li>• ETAR Santo António: CBOs: 91% CQO: 93% SST: 98%</li> <li>• ETAR Vendas Gavinhos: CBOs: 85% CQO: 75% SST: 81%</li> <li>• ETAR Vila Franca: CBOs: 80% CQO: 77% SST: 91%</li> </ul>	2007 a 2011/ CMOH
	Número de ETAR em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas	N.º		0	2011/ CMOH

Substituição das fossas sépticas existentes por ETAR ou ETAR compactas	N.º	--	37	2011/ CMOH
<b>Recursos hídricos</b>				
Qualidade da água nas praias fluviais	Boa, Aceitável, Má, Interditada Temporariamente, Retirada	--	Alvôco das Várzeas: Boa Avô: Aceitável	2010/ SNIRH
Qualidade da água subterrânea	A1, A2, A3	--	211/C33 – A2; 233/C44 – A3	2009/ SNIRH
Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	N.º	--	0	2011/ CMOH
<b>Recolha e tratamento de RU</b>				
Cobertura da rede de recolha de RSU	%	--	100%	2011/ CMOH
Cobertura e quantificação da recolha seletiva e reciclagem de resíduos	Hab/ecoponto	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	270	2011/ CMOH
Vidro	ton	--	198,34	2010/ CMOH
Papel	ton	--	122,18	2010/ CMOH
Embalagens	ton	--	67,89	2010/ CMOH
Incremento do n.º de equipamentos de recolha colocados à disposição da população	N.º	Aumento de 25% até 2016 PERSU II	82 Ecopontos completos	2010/ CMOH
<b>Poluição sonora</b>				
Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	ha	--	Zonas de Conflito: 91,1	2012/IERU
N.º de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	N.º	--	3	2010/ CMOH
Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	--	Sensíveis: 342,8 Mistas: 2018,1	2010
Atividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora	Locais	--	Áreas próximas das vias de tráfego, EN17, EN230	2010/Mapa de Ruído de Oliveira do Hospital
<b>Qualidade do ar</b>				

	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	--	Partículas: 29; CO: 34; NO <sub>x</sub> : 78; SO <sub>2</sub> : 11; H <sub>2</sub> S: 0	2005/CCDR
	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	--	Lagos da Beira: Partículas: 0,0; CO: 0,0; NO <sub>x</sub> : 0,2; SO <sub>2</sub> : 0,2; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 321 Oliveira do Hospital: Partículas: 0,1; CO: 2,9; NO <sub>x</sub> : 0,2; SO <sub>2</sub> : 0,7; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 196 S. Paio Gramaços: Partículas: 28,5; CO: 30,6; NO <sub>x</sub> : 77,7; SO <sub>2</sub> : 10,2; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 25566	2005/CCDR
	<b>Eficiência Energética</b>				
	Número de edifícios da categoria alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	N.º	PNAEE (20%)	0	2011/CMOH
	Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	N.º	PNAEE (50%)	0	2011/CMOH
	<b>Incêndios</b>				
Riscos Naturais e tecnológicos	Evolução anual do número de ignições e área ardida	Nº/ha	--	19 Ocorrência /90,3ha ardidos	2010/AFN
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta	%	--	0	Dados base 2014/PMDFCI
	<b>Erosão dos solos</b>				
Riscos Naturais e tecnológicos	Evolução da área com risco de erosão	ha	--	217,7	Planta de Condicionantes/2010
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	--	0	2011
	<b>Cheias</b>				
Riscos Naturais e tecnológicos	Evolução da área com risco de cheia	ha	--	116,0	Planta de Condicionantes/2010
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia	%	--	1,4	2011
	<b>Exposição ao Radão</b>				
	Evolução da área com risco de Radão	ha	--	2.312,29	2004 Mapa Risco de Radão

	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado	%	--	5,2	2011
	Nº de campanhas de sensibilização à população	Nº	--	0	2011/ CMOH
	<b>Explosão</b>				
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão	ha		1,76 (Zona de Proteção)	2011
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais áreas de exploração consolidada e potenciais	ha	--	35,9	2011
	<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)</b>				
<b>Biodiversidade</b>	Proposta de planos de Gestão e/ou Acção visando a conservação da biodiversidade	N.º	-	0	2011/ CMOH
	<b>Diversidade de espécies e habitats</b>				
	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (2)	2008/ PSRN2000 e CMOH
	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (0)	2008/ PSRN2000 e CMOH
	Número de árvores classificadas de interesse público	N.º	-	3	2011/AFN e CMOH
	Habitats protegidos. Entre parêntesis, número de habitats prioritários para a conservação.	N.º	-	4 (0)	2008/ PSRN2000 e CMOH
	Sobreposição de áreas urbanizáveis com a distribuição de habitats protegidos.	ha	-	7,1ha	2011/ PSRN2000 e CMOH
	<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>				
	Situações potenciais de conflito decorrentes da revisão do PDM	N.º	-	1	2011/ CMOH
	Inclusão e expressividade dos corredores ecológicos do PROPPIN na EEM	ha/%	-	5680 ha/ 42%	2011/ CMOH
	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	-	2722 ha	2011/ CMOH



		Gestão e conservação da floresta			
Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal		N.º/%	-	6/(97%)	2011/ CMOH
Áreas com povoamentos florestais:		ha/ %	-	13610,1 ha (58%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Pinhal		ha/ %	-	9326,4 ha (59%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Povoamentos Mistos		ha/ %	-	2302,8 ha (9,8%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Folhosas		ha/ %	-	1666,8 ha (10,5%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Eucaliptal		ha/ %	-	584,2 ha (3,7%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Acacial		ha/ %	-	806,0 ha (5,1%)	2014/ CMOH (PMDFCI)
Área de Espaço Florestal de Conservação convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas		ha/ %	-	-	-
<b>Paisagem</b>					
Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial		ha	-	-	-
Intrusões na paisagem em áreas sensíveis		N.º	-	14	2011/ CMOH
<b>Valores arqueológicos e arquitetónicos</b>					
Património arquitetónico classificado ou em vias de classificação		Nº	-	24	2011
Património arqueológico		Nº	-	3	2011





### 3. EFICIÊNCIA DO QUADRO DE GOVERNANÇA E DE QUAISQUER ALTERAÇÕES INSTITUCIONAIS

O quadro seguinte sintetiza a análise e evolução do Município desde entrada em vigor da 1ª Revisão do PDMOH no que diz respeito às diretrizes de gestão e medidas de minimização e potenciação previstas. Em complemento pode ser

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
Ordenamento do Território	Criação de fatores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atrativa dos aglomerados urbanos;	- implementação do PEDU na Cidade de Oliveira do Hospital, obras de requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, criação da ARU e ORU de Oliveira do Hospital, Requalificação do Parque dos Marmelos e margem ribeirinha da Ribeira de Cavalos, requalificação da área norte da cidade, construção do Mercado Municipal e Estação de camionagem, Requalificação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano, Requalificação da Avenida Carlos Campos, requalificação e refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, Requalificação do Bairro Social João Rodrigues Lagos, criação de Hortas Urbanas na cidade e criação de Hortas Sociais. Projeto de (Re)arborização Espaços Verdes e Criação de Ilhas - Sombra na cidade de Oliveira do Hospital, Campus educativo de Oliveira do Hospital, Requalificação da Escola Secundária de Oliveira do Hospital.
	Em novas áreas habitacionais devem ser definidas áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades - vias principais, via distribuidoras locais, acessos a áreas residenciais;	Foram acauteladas nos projetos de loteamentos de iniciativa dos particulares, bem como, na abertura ou requalificação de vias por parte da Câmara Municipal. 2014 - Beneficiação da sinalização horizontal em Oliveira do Hospital; 2017 – Requalificação e beneficiação da Rua Dr. Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano em Oliveira do Hospital; Pavimentação de calçada na Sobreda - Seixo da Beira; Requalificação da Rua Prof. Dr. César de Oliveira, Parada dos Bombeiros e zona da Santa Ana;

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal;	- implementação do PEDU na Cidade de Oliveira do Hospital, obras de requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, criação da ARU e ORU de Oliveira do Hospital, Requalificação do Parque dos Marmelos e margem ribeirinha da Ribeira de Cavalos, requalificação da área norte da cidade, construção do Mercado Municipal e Estação de camionagem, Requalificação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano, Requalificação da Avenida Carlos Campos, requalificação e refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, Requalificação do Bairro Social João Rodrigues Lagos, criação de Hortas Urbanas na cidade e criação de Hortas Sociais. Projeto de (Re)arborização Espaços Verdes e Criação de Ilhas - Sombra na cidade de Oliveira do Hospital, Campus educativo de Oliveira do Hospital, Requalificação da Escola Secundária de Oliveira do Hospital. 2ª Revisão do PPZIOH
	Integração no Regulamento do PDM de Oliveira do Hospital em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregal do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM;	Foram integradas: artigo 7º do Regulamento do PDM – Aviso 10986/2014 de 01/10 e Aviso 5785/2018, de 30/04.
	Garantir que no processo de licenciamento de obras, mesmo nas áreas onde já existam compromissos assumidos, se assegure que as canalizações de linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos;	Estão garantidos nos projetos de especialidades
	Assegurar uma maior racionalização na utilização dos recursos endógenos existentes, promovendo a multifuncionalidade no aproveitamento dos recursos;	Mostra de Produtos Biológicos e Agrícolas em Modo de Produção Tradicional de Oliveira do Hospital – “Da Nossa Terra” – realiza-se aos sábados no Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, numa organização do Município de Oliveira do Hospital em parceria com a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, tem 12 anos de existência. Promoção dos produtos locais.
	Privilegiar a instalação de atividades que contribuem para a diversificação das atividades produtivas, sobretudo nos sectores agrícola e florestal;	Diversas ações de reflorestação com espécies autóctones promovidas pela Câmara Municipal, Ações de sensibilização e promoção das espécies autóctones. Entrega de árvores autóctones para ações de reflorestação. A ERP Portugal, em parceria com a Worten e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, promoveu a campanha ‘Troca por Troca’, uma ação de reflorestação em Oliveira do Hospital, um dos municípios mais afetados pelos incêndios de outubro de 2017, entre outras ações de reflorestação realizadas. Promoção do



FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
		Queijo Serra da Estrela. Facilitação na implementação, legalização e manutenção dos pequenos e grandes produtores de leite – pastorícia e ovis, para a produção de produtos relacionados com o leite de ovelha Bordaleira.
	Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território;	Regulamento Municipal de Aguas e Saneamento
	Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;	Criação da ARU da Bobadela e ARU de Oliveira do Hospital com incentivos fiscais e redução e isenção de taxas municipais. Aviso 10997-C/2015 de 28/09, Aviso 10997-B/2015 2/09 e Aviso 5833/2019 de 01/04. Arranjos dos espaços envolventes à Igreja de São Pedro de Lourosa. Foram feitas obras de reconstrução e conservação de várias escolas do concelho.
	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho;	Está a ser implementado nas obras de requalificação das vias da cidade áreas destinadas à mobilidade sustentável, ciclovias, áreas cicláveis, etc. Segurança rodoviária – requalificação de sinalização,
	Promover a requalificação de todos os edifícios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada;	Candidatura ao Projeto Acessibilidades na Via Pública e Projeto Acessibilidades em Equipamentos Municipais
	Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;	Festa do Queijo com realização anual. Integração na Rede das Aldeias do Xisto e na Rede das Aldeias de Montanha. “Exposição da Quarentena”, criação de site do Arquivo Municipal para preservar e divulgar a história, apoio aos grupos culturais concelhios, Verbo dos Arguinhas finalista regional no Concurso “7 Maravilhas da Cultura Popular”, Mercado “Da Nossa Terra”, São Silvestre de Oliveira do Hospital, Trail “Colcurinho Sky Race”, 1ª Rampa do Alva, Galardão ECOXXI, Universidade Sénior de Oliveira do Hospital,
	Inventariação e atualização periódica dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes;	Elaboração da Carta da Património Cultural e Natural, integrante da Planta de Ordenamento do PDM; levantamento dos recursos naturais no âmbito do PMDFCI (revisão efetuada pela publicação do Regulamento n.º 930/2020) e PDM

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	Fomento de sinergias inter-regionais através da definição de ações comuns, tais como infraestruturização de trilhos e percursos da natureza.	Criação de percursos pedestres por entidades supramunicipais e que abrangem vários territórios. Ex: Grande Rota do Alva – Percurso promovido pela CIM Região de Coimbra, com 77 km de extensão, e que passa por 5 concelhos. Limpeza e manutenção de percursos pedestres.
Qualidade Ambiental	Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de salubridade e contaminação (tópica e difusa);	Sempre que se verifiquem focos de poluição de contaminação das águas superficiais são, primeiramente, adotadas medidas de identificação dos poluentes, através da análise da qualidade das águas. Posteriormente, se necessário, são adotadas medidas de minimização dos impactos
	Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes no concelho;	Construção de dez novas ETAR's ao longo dos 8 anos. Ampliada a rede de drenagem de esgotos por todo o concelho (o relatório de avaliação refere 66% da execução prevista no PDM- em mais detalhe no anexo I).
	Promover a reutilização das águas residuais tratadas;	Têm sido feitos esforços para a reutilização das águas residuais tratadas.
	Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a melhoria da qualidade ambiental das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água;	Constituição da empresa Intermunicipal "Águas Públicas da Serra da Estrela",
	Assegurar a cobertura da rede de abastecimento e de drenagem do município; - Promover parceria intermunicipal para a promoção da qualidade da água fluvial	Foram realizadas remodelações, ampliações e intervenções na rede de abastecimento de água por todo o concelho (o relatório de avaliação refere 90% da execução prevista no PDM – em mais detalhe no anexo II)., inclusive implementação de rede de saneamento e abastecimento de água em zonas que eram carentes destas infraestruturas. Execução de passagens hidráulicas e drenagem pluvial.
	Depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomo e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia;	Regulamento Municipal de Águas e Saneamento
Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas;	Tem sido considerado, dando cumprimento às diretrizes do PDM e salvaguarda das condicionantes legais	



FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	Desenvolver e implementar uma estratégia municipal orientada para a melhoria da qualidade de água das linhas de água presentes no concelho, de modo a potenciar também a valorização das praias fluviais;	É realizada a análise da qualidade das águas balneares das praias fluviais do concelho e ainda de outros locais considerados importantes para a monitorização qualidade das linhas de água. Esta análise é realizada entre 1 mês antes de iniciar a época balnear e 1 mês após o término da mesma. Requalificação da Zona de Lazer do açude da Ribeira, em Ervedal da Beira. Em 2014 e 2015 foram realizadas candidaturas ao PRODER no âmbito da medida “Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais – Galerias Ripícolas do Alva, Mondego, Alvoco, Cobral e Seia” e em 2018 foram realizadas “Intervenções Urgentes de Regularização Fluvial nas Áreas Afetadas pelos Incêndios Florestais Ocorridos entre Agosto e Outubro de 2017”, nos principais rios do concelho
	Articular o Mapa de Ruído do Concelho com os Mapas de Ruído de Concelhos vizinhos, promover a elaboração de planos municipais de redução do ruído;	Não foi realizada
	Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidências ambientais de todos os projetos enquadrados neste âmbito, como os Planos de urbanização, as Zonas Industriais, e áreas em expansão a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;	Foi realizado EIA relativo à Expansão da Zona Industrial de Oliveira do Hospital decorrente da 2ª Revisão do PPZIOH.
	Programar e coordenar as atividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximo da obra (especialmente junto a áreas residenciais);	Cumprimento da Lei Geral do Ruído
	Definir um horário de trabalho adequado, com a interdição de realização de atividades de construção que originem níveis de ruído elevado (como exemplo, a circulação de veículos pesados e trabalhos que recorram a maquinaria ruidosa deverão ser interditos das 20h às 7h, e durante os fins-de-semana e feriados);	Cumprimento da Lei Geral do Ruído
	Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras;	Cumprimento da Lei Geral do Ruído

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	<p>Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico; - Integração paisagística nas zonas de fronteira das áreas industriais, de armazenamento e serviços, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual e de poluição sonora e de poluição da qualidade do ar. Estas cortinas deverão conter uma diversidade de espécies arbóreas e arbustivas e contribuem para a redução dos efeitos do ruído e do vento. Estes espaços deverão ser devidamente conservados de modo a não aumentarem os riscos de propagação de incêndios florestais;</p>	<p>Quanto às cortinas arbóreas e proteção contra incêndio, tem sido devidamente acautelado o cumprimento do Decreto - Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. Quanto às medidas de gestão de tráfego têm sido colocadas passadeiras sobre-elevadas nas vias urbanas onde há maior risco de acidentes.</p>
	<p>Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola;</p>	<p>Programa de Combate às Espécies Exóticas Invasoras Aquáticas e Ripícolas, AVÔ. Em execução o Plano de Ação - Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Projetos de Combate às Espécies Exóticas Aquáticas e Ripícolas – Fundo Ambiental. Em 2014 e 2015 foram realizadas candidaturas ao PRODER no âmbito da medida “Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais – Galerias Ripícolas do Alva, Mondego, Alvoco, Cobral e Seia” e em 2018 foram realizadas “Intervenções Urgentes de Regularização Fluvial nas Áreas Afetadas pelos Incêndios Florestais Ocorridos entre Agosto e Outubro de 2017”, nos principais rios do concelho</p>
	<p>Introdução de Campanhas de Sensibilização da população para de modo a minimizar e alertar para os problemas de saúde da população, decorrentes do risco de Radão;</p>	<p>Não realizadas</p>
	<p>Implementar sistemas de Energias renováveis e de Certificação energética em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia e à redução de emissões de CO2;</p>	<p>Têm sido implementadas diversas medidas de eficiência energética, quer nos edifícios municipais, através da instalação de painéis fotovoltaicos, painéis solares para aquecimento de águas sanitárias, instalação de caldeiras a biomassa, entre outros; quer na iluminação pública, através da substituição das lâmpadas convencionais por tecnologia LED. Implementação de medidas relativas à Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local – Pavilhão Municipal, Paços do Município e ESTGOH.</p>
	<p>Garantir às autoridades competentes informação sobre a localização e identificação dos fatores de risco existentes.</p>	<p>Os fatores de risco estão identificados no Plano Municipal de Emergência, estando articulado com as autoridades competentes</p>
<p>Riscos Naturais e Tecnológicos</p>	<p>Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reforestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;</p>	<p>Revisão do PMDFCI efetuada pela publicação do Regulamento n.º 930/2020</p>



FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	Promover em terrenos privados a reflorestação com espécies autóctones;	Diversas ações de reflorestação com espécies autóctones promovidas pela Câmara Municipal, Ações de sensibilização e promoção das espécies autóctones. Entrega de árvores autóctones para ações de reflorestação. A ERP Portugal, em parceria com a Worten e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, promoveu a campanha 'Troca por Troca', uma ação de reflorestação em Oliveira do Hospital, um dos municípios mais afetados pelos incêndios de Outubro de 2017, entre outras ações de reflorestação realizadas.
	Exigir o cumprimento dos Planos de Recuperação Paisagística das explorações de recursos minerais e assegurar o seu controlo rigoroso;	Encontram-se em execução planos de recuperação paisagística no território.
	Articular as zonas ameaçadas pelas cheias, delimitadas no âmbito da REN, com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência;	Não possuímos informação
	Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações;	Tem sido assegurado
	Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações.	Em 2018 foram realizadas "Intervenções Urgentes de Regularização Fluvial nas Áreas Afetadas pelos Incêndios Florestais Ocorridos entre Agosto e Outubro de 2017", nos principais rios do concelho
Biodiversidade	Expressão no Regulamento do PDM em revisão das Orientações de gestão de espécies e habitats que decorrem do SIC Carregai do Sal (Rede Natura 2000) enquadráveis no âmbito da revisão do PDM de Oliveira do Hospital;	Foram integradas: artigo 7º do Regulamento do PDM – Aviso 10986/2014 de 01/10 e Aviso 5785/2018, de 30/04. Reabilitação e requalificação dos ecossistemas ribeirinhos,
	Promoção de estudos de caracterização da distribuição das espécies e habitats com estatuto de proteção e de outras espécies com interesse conservacionista ocorrentes no concelho. Estes permitirão obter informação atualizada e rigorosa, essencial para uma adequada caracterização da situação de referência em projetos futuros. Numa fase posterior poderão contribuir para o rigor e eficácia de planos de gestão e/ou ação visando a biodiversidade que possam vir a ser propostos no concelho;	Apoio a apicultores com alimentação para duas mil colmeias.
	Apresentação de propostas relativas à prevenção e combate de incêndios florestais, proteção da floresta contra doenças (e.g. nematode do pinheiro) e controlo de espécies florestais invasoras (mimosa);	Execução do Planeamento do PMDFCI relativo à prevenção de incêndios florestais. Em execução o Plano de Ação - Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Projetos de Combate às Espécies Exóticas Aquáticas e Ripícolas – Fundo Ambiental.

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	<p>Propostas de medidas de apoio ao aproveitamento das espécies autóctones folhosas para produção de madeira de qualidade (e.g. reconversão de pinhais e eucaliptais);</p>	<p>Programa de Combate às Espécies Exóticas Invasoras Aquáticas e Ripícolas Foram constituídas 5 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) no concelho. São um instrumento para promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.</p>
	<p>Criação de carta de Valores Paisagísticos, que permita representar a área de abrangência visual dos principais valores paisagísticos identificados.</p>	<p>Foram constituídas 5 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) no concelho. São um instrumento para promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.</p>
	<p>Proposta de medidas de promoção do aproveitamento dos recursos naturais presentes (e.g. percursos para observação de fauna e flora).</p>	<p>Foram constituídas 5 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) no concelho. São um instrumento para promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.</p>
<p>Património Cultural</p>	<p>As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;</p>	<p>Igreja de São Pedro de Lourosa (MN) – arranjos dos espaços envolventes. - contempla a melhoria das infraestruturas e das condições de fruição viária e pedonal do espaço correspondente ao Largo do Monumento Nacional, e arruamentos circundantes, no âmbito dos quais se situam a Igreja de São Pedro, a Torre Sineira, as sepulturas, o Cruzeiro e o Pelourinho, que constituem um conjunto monumental em que a Igreja de São Pedro e a Torre Sineira se encontram classificados como Monumento Nacional. Trata-se de uma intervenção destinada a levar a efeito a requalificação e beneficiação do centro do tecido edificado mais antigo e consolidado, denominado Centro Histórico, estruturado ao longo de dois eixos principais, nomeadamente Rua de Cima e Rua de Baixo, enquadrado pelo Largo do Monumento Nacional (Igreja de São Pedro e envolvente) a poente e a Praça do Pelourinho a nascente.</p> <p>Operação de intervenções de conclusão da valorização das Ruínas Romanas de Bobadela, as quais se encontram classificadas como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 26.519, de 15 de abril de 1936, através da requalificação de um imóvel em avançado estado de degradação localizado no contexto e a sua refuncionalização tendo em vista o funcionamento de um Centro de Investigação e de Promoção da Cidade Romana da Bobadela, através da criação de diversos espaços funcionais</p>



FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
		<p>inerentes, como sejam Loja e Welcome Center, Restaurante e Alojamento, bem como uma intervenção especializada de concretização, execução e montagem da estratégia museológica e museográfica do Centro de Acolhimento e interpretação, que integra o mesmo complexo arqueológico e patrimonial. Trata-se de uma intervenção verdadeiramente estruturante para a estratégia de requalificação e valorização do Centro Histórico da Bobadela e, concretamente, de valorização e promoção da Cidade Romana da Bobadela, cujo conjunto inclui o Arco Romano, o Fórum Romano e o Anfiteatro Romano, o Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, na medida em que, por um lado, visa proporcionar condições locais favoráveis ao desenvolvimento de trabalhos de investigação relacionados com o potencial histórico e arqueológico do local, bem como à promoção e valorização da Cidade Romana de Bobadela como destino turístico de enorme valor patrimonial, acrescentando-lhe serviços essenciais como informação turística, restauração e oferta de alojamento e, por outro lado, permite enriquecer o atual conjunto monumental com um espaço vocacionado para a função de acolhimento e prestação de informação especializada a visitantes e turistas, bem como complementar a oferta disponibilizada aos visitantes e turistas, oferecendo-lhes a possibilidade de disfrutar de um percurso de visita sequencial e coerente, proporcionando informação técnica em diversos formatos e a experimentação de cenários da época da ocupação romana, evidenciando a qualidade e valia monumental do espaço a visitar e despertando maiores afinidades entre o visitante e o conjunto monumental.</p>
	Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho;	Criação de Rotas supramunicipais (Rota da Gastronomia, Rota das Mulheres, Caminhos do Xisto, Caminhos de Montanha). Guia de Turismo Ativo
	Criação de mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;	Criação da ARU da Bobadela e ARU de Oliveira do Hospital com incentivos fiscais e redução e isenção de taxas municipais. Aviso 10997-C/2015 de 28/09, Aviso 10997-B/2015 2/09 e Aviso 5833/2019 de 01/04
	Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios;	

FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
	<p>Deve ser promovida a valorização e aproveitamento do património arqueológico para a realização de atividades didáticas e científicas;</p> <p>Dinamização e salvaguarda do património histórico e arqueológico através da organização e promoção de atividades de animação cultural e recreativa.</p>	<p>Férias arqueológicas. Promoção de visitas ao património cultural aos alunos do concelho</p> <p>Igreja de São Pedro de Lourosa (MN) – arranjos dos espaços envolventes. - contempla a melhoria das infraestruturas e das condições de fruição viária e pedonal do espaço correspondente ao Largo do Monumento Nacional, e arruamentos circundantes, no âmbito dos quais se situam a Igreja de São Pedro, a Torre Sineira, as sepulturas, o Cruzeiro e o Pelourinho, que constituem um conjunto monumental em que a Igreja de São Pedro e a Torre Sineira se encontram classificados como Monumento Nacional. Trata-se de uma intervenção destinada a levar a efeito a requalificação e beneficiação do centro do tecido edificado mais antigo e consolidado, denominado Centro Histórico, estruturado ao longo de dois eixos principais, nomeadamente Rua de Cima e Rua de Baixo, enquadrado pelo Largo do Monumento Nacional (Igreja de São Pedro e envolvente) a poente e a Praça do Pelourinho a nascente.</p> <p>Operação de intervenções de conclusão da valorização das Ruínas Romanas de Bobadela, as quais se encontram classificadas como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 26.519, de 15 de abril de 1936, através da requalificação de um imóvel em avançado estado de degradação localizado no contexto e a sua refuncionalização tendo em vista o funcionamento de um Centro de Investigação e de Promoção da Cidade Romana da Bobadela, através da criação de diversos espaços funcionais inerentes, como sejam Loja e Welcome Center, Restaurante e Alojamento, bem como uma intervenção especializada de concretização, execução e montagem da estratégia museológica e museográfica do Centro de Acolhimento e Interpretação, que integra o mesmo complexo arqueológico e patrimonial. Trata-se de uma intervenção verdadeiramente estruturante para a estratégia de requalificação e valorização do Centro Histórico da Bobadela e, concretamente, de valorização e promoção da Cidade Romana da Bobadela, cujo conjunto inclui o Arco Romano, o Fórum Romano e o Anfiteatro Romano, o Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, na medida</p>



FCD	Diretrizes previstas de Gestão e Medidas de Minimização e Potenciação	Medidas executadas
		<p>em que, por um lado, visa proporcionar condições locais favoráveis ao desenvolvimento de trabalhos de investigação relacionados com o potencial histórico e arqueológico do local, bem como à promoção e valorização da Cidade Romana de Bobadela como destino turístico de enorme valor patrimonial, acrescentando-lhe serviços essenciais como informação turística, restauração e oferta de alojamento e, por outro lado, permite enriquecer o atual conjunto monumental com um espaço vocacionado para a função de acolhimento e prestação de informação especializada a visitantes e turistas, bem como complementar a oferta disponibilizada aos visitantes e turistas, oferecendo-lhes a possibilidade de disfrutar de um percurso de visitação sequencial e coerente, proporcionando informação técnica em diversos formatos e a experimentação de cenários da época da ocupação romana, evidenciando a qualidade e valia monumental do espaço a visitar e despertando maiores afinidades entre o visitante e o conjunto monumental.</p>

De seguida apresenta-se a análise possível à execução das diretrizes de seguimento previstas no âmbito da AAE da 1ª Revisão do PDMOH, em conformidade com o disposto no artigo 11º do RJAEE.

**Tabela 3. Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Oliveira do Hospital.**

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base (Ano a que de refere)	Valor atual da execução do Plano	Avaliação	
Ordenamento do Território	<b>As políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento</b>						
	Taxa de execução do espaço urbano programado	ha	-	-	-	Sem dados	
	Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação	ha	-	206,88 (2011)	225 (2023)	+18 ha	
	Evolução do número de estabelecimentos industriais em solo rural	Nº	-	-	-	Sem dados	
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	-	156,9 (2011)	156,9 (2023)	O valor mantém-se	
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	Nº de estabelecimentos	-	34 (2011)	29 (2023)	Decréscimo de 5 estabelecimentos, contudo houve aumento de alojamentos local: 91 alojamentos	
	Taxa de ocupação das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)	%	-	-	44,7% (2022)	Não comparável	
	Evolução dos espaços afetos à exploração de recursos geológicos	ha	-	Consolidada – 813,89 (2011)	831,61 (2020)	Aumentou 17,72 ha	
				Recuperação – 49,25 (2011)	49,25 (2020)	O valor mantém-se	
	Índice de poder de compra – IPCC	%	-	Potencial – 2484,64 (2011)	2484,64 (2020)	O valor mantém-se	
65,25 (2007)				75,4 (2023)	Crescimento de 10,15		
<b>Instrumentos de gestão territorial</b>							
Evolução global das áreas urbanas	ha	-	2142,1 (2011)	2142,1 (2020)	O valor mantém-se		
			<b>Condicionantes, áreas naturais</b>				





		ETAR Avó: CBOs: 93% CQO: 94% SST: 98%		
		ETAR Digueifel: CBOs: 90% CQO: 89% SST: 98%	ETAR Digueifel: CBOs: 87% CQO: 85% SST: 84%	ETAR Digueifel: CBOs: +3% CQO: -4% SST: - 14%
			ETAR Casal de Abade: CBOs: 95% CQO: 91% SST: 94%	
			ETAR Pólo Industrial do Seixo: CBOs: 56% CQO: 60% SST: 44%	
		ETAR Lagares da Beira: CBOs: 74% CQO: 67% SST: 42%		
		ETAR Ervedal da Beira: CBOs: 92% CQO: 88% SST: 92%	ETAR Ervedal da Beira: CBOs: 75% CQO: 64% SST: 74%	ETAR Ervedal da Beira: CBOs: -17% CQO: -11% SST: -18%
		ETAR Santo António: CBOs: 91% CQO: 93% SST: 98%		
		ETAR Vendas Gavinhos: CBOs: 85% CQO: 75% SST: 81%	ETAR Vendas Gavinhos: CBOs: 84% CQO: 77% SST: 77%	ETAR Vendas Gavinhos: CBOs: -1% CQO: +2% SST: -4%
		ETAR Vila Franca: CBOs: 80% CQO: 77% SST: 91%		
			ETAR Seixas: Início de funcionamento em 2020	Sem dados



	Retirada					São Sebastião da Feira: Boa. São Gião: Aceitável. (2019)	
						211/C33 – A2; 233/C44 – A3 (2009)	211/C33 – A2; 233/C44 – A3 (2020)
Qualidade da água subterrânea	A1, A2, A3	–	211/C33 – A2; 233/C44 – A3 (2009)	–	211/C33 – A2; 233/C44 – A3 (2020)	O valor mantém-se	
Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	N.º	–	0 (2011)	–	0 (2020)	O valor mantém-se	
<b>Recolha e tratamento de RU</b>							
Cobertura da rede de recolha de RU	%	–	100% (2011)	–	100%(2023)	Manteve a cobertura total	
Cobertura e quantificação da recolha seletiva e reciclagem de resíduos	Hab/ecoponto	Aumento de 25% até 2016	270 (2011)	142 hab/ecoponto (2020)	<b>AMRPB)-</b>		
Vidro	ton	–	198,34 (2010)	–	224,02 (2019)	Aumentou 25,7 ton	
Papel	ton	–	122,18 (2010)	–	157,74 (2019)	Aumentou 35,56 ton	
Embalagens	ton	–	67,89 (2010)	–	111,69 (2019)	Aumentou 43,8 ton	
Incremento do n.º de equipamentos de recolha colocados à disposição da população	N.º	Aumento de 25% até 2016	82 Ecopontos completos (2010)	–	2019	Aumento de 39%	
<b>Polição sonora</b>							
Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	ha	–	Zonas de Conflito: 91,1 (2012)	–	–	Sem dados	
N.º de queixas apresentadas pelos municípios relativas ao ruído	N.º	–	3 (2010)	–	–	Sem dados	
Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	–	Sensíveis: 342,8. Mistas: 2018, 1. (2010)	–	Mantem	Mantem	



Atividades ou instalações com impacto em termos de poluição sonora	Locais	-	Áreas próximas das vias de tráfego, EN17, EN230 (2010)	Mantem	Mantem						
<b>Qualidade do ar</b>											
Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	-	Partículas: 29; CO: 34; NO <sub>x</sub> : 78; SO <sub>2</sub> : 11; H <sub>2</sub> S: 0; (2005)	NO <sub>x</sub> : 107,8. SO <sub>x</sub> : 5,2. PM2,5: 52,1. CO <sub>2</sub> : 107,8. GEE: 50 674,6. (2017)		Aumento de quantidade de poluentes emitidos					
Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	-	Lagos da Beira: Partículas: 0,0; CO: 0,0; NO <sub>x</sub> : 0,2; SO <sub>2</sub> : 0,2; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 321			Sem dados					
			Oliveira do Hospital: Partículas: 0,1; CO: 2,9; NO <sub>x</sub> : 0,2; SO <sub>2</sub> : 0,7; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 196			Sem dados					
			S. Paio Gramaços: Partículas: 28,5; CO: 30,6; NO <sub>x</sub> : 77,7; SO <sub>2</sub> : 10,2; H <sub>2</sub> S: 0,0; CO <sub>2</sub> : 25566			Sem dados					
<b>Eficiência Energética</b>											
Número de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	N.º	PNAEE (20%)	0 (2011)								Sem dados
Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	N.º	PNAEE (50%)	0 (2011)			0					O valor mantém-se
<b>Incêndios</b>											
Evolução anual do número de ignições e área ardida	Nº/ha	-	19 Ocorrência /90,3ha ardidos (2010)			17 ocorrências/4,65ha ardidos (2020)					Menos 2 ocorrências e menos 85,65ha
<b>Riscos Naturais e tecnológicos</b>											

Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta	%	–	0 (2014)			0 (2020)						O valor mantém-se
<b>Erosão dos solos</b>												
Evolução da área com risco de erosão	ha	–	217,7 (2010)			217,7 (2020)						O valor mantém-se
Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	–	0 (2011)			0 (2020)						O valor mantém-se
<b>Cheias</b>												
Evolução da área com risco de cheia	ha	–	116 (2010)			116 (2020)						O valor mantém-se
Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia	%	–	1,4 (2011)			1,4 (2020)						O valor mantém-se
<b>Exposição ao Radão</b>												
Evolução da área com risco de Radão	ha	–	2.312,29 (2004)			2.312,29 (2020)						O valor mantém-se
Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado	%	–	5,2 (2011)			5,2 (2020)						O valor mantém-se
Nº de campanhas de sensibilização à população	Nº	–	0 (2011)			0 (2020)						O valor mantém-se
<b>Explosão</b>												
Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão	ha		1,76 (Zona de Proteção; 2011)			5,11 (2023)						Aumentou 3,35 ha
Áreas urbanizáveis inseridas em locais áreas de exploração consolidada e potenciais	ha	–	35,9 (2011)			35,9 (2020)						O valor mantém-se
<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)</b>												
<b>Biodiversidade</b>												

Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	N.º	-	0 (2011)	0 (2020)				O valor mantém-se
<b>Diversidade de espécies e habitats</b>								
Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (2)	6 (2)				O valor mantém-se
Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas. Entre parêntesis, número de espécies prioritárias para a conservação.	N.º	-	6 (0)	6 (0)				O valor mantém-se
Número de árvores classificadas de interesse público	N.º	-	3 (2011)	1 (2023)				Decréscimo de 2 unidades
Habitats protegidos. Entre parêntesis, número de habitats prioritários para a conservação.	N.º	-	4 (0)	4 (0)				O valor mantém-se
Sobreposição de áreas urbanizáveis com a distribuição de habitats protegidos.	ha	-	7,1 (2011)	7,1 (2020)				O valor mantém-se
<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>								
Situações potenciais de conflito decorrentes da revisão do PDM	N.º	-	1 (2011)	1 (2020)				O valor mantém-se
Inclusão e expressividade dos corredores ecológicos do PROFPIN na EEM	ha/%	-	5680 ha/ 42% (2011)	5680 ha/ 42% (2020)				O valor mantém-se
Representatividade da área arida sobre a EEM	ha	-	2722 ha (2011)	Sem dados atuais				Sem dados
<b>Gestão e conservação da floresta</b>								
Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	N.º/%	-	6,97% (2011)	-				Foram criadas 8 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem



	Áreas com povoamentos florestais:	ha/ %	-	13610,1 / 58% (2014)	16 312,92 ha (2020)	Crescimento de 2702,82 ha				
	Pinhal	ha/ %	-	9326,4 / 59% (2014)	10 147,59 ha (2020)	Crescimento de 821,19 ha				
	Povoamentos Mistos	ha/ %	-	2302,8 / 9,8% (2014)	1 751,61 ha (2020)	Decréscimo de 551,19 ha				
	Folhosas	ha/ %	-	1666,8 / 10,5% (2014)	2 564,59 ha (2020)	Crescimento de 897,79 ha				
	Eucaliptal	ha/ %	-	584,2 / 3,7% (2014)	1 118,71 ha (2020)	Crescimento de 534,51 ha				
	Acacial	ha/ %	-	806,0 / 5,1% (2014)	730,43 há (2020)	Decréscimo de 75,57 ha				
	Área de Espaço Florestal de Conservação convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas	ha/ %	-	-	Não houve alteração	Não houve alteração				
	<b>Paisagem</b>									
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	ha	-	-	Não houve alteração	Não houve alteração				
	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	N.º	-	14 (2011)	30 contraordenações em REN (de 2008 a 2020)	-				
	<b>Valores arqueológicos e arquitetónicos</b>									
<b>Património cultural</b>	Património arquitetónico classificado ou em vias de classificação	Nº	-	20 (2011)	25 (2023)	Foram aprovadas 4 ZEP e alargamento do monumento das Ruínas Romanas da Bobadela				
	Património arqueológico	Nº	-	3 (2011)	3 (2023)	O valor mantém-se				

## 4. ALTERAÇÕES NO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO E CONDIÇÕES OU ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

Volvidos mais de 7 anos desde entrada em vigor da 1ª Revisão do PDMOH, ocorreram algumas alterações no quadro legal do ordenamento do território, o que resultou na revisão e/ou elaboração de alguns instrumentos de gestão territorial, consubstanciados na figura de planos, programas e estratégias que têm vindo a orientar a elaboração dos instrumentos de gestão territorial à escala municipal e, principalmente, a reforçar a sua componente estratégica em domínios de intervenção de natureza diversa, com destaque para o domínio ambiental, componente que assume um cariz estratégico cada vez mais determinante para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentado e sustentável dos territórios.

Desta forma, importa verificar as alterações ocorridas no Quadro de Referência Estratégico (QRE), sendo as mesmas identificadas no quadro que se apresenta, que traduz as alterações ao nível dos instrumentos que sustentaram o QRE aquando da elaboração da 1ª Revisão do PDMOH e assume a identificação dos instrumentos que deverão integrar o novo QRE a assumir em futuros procedimentos de AAE a desenvolver a nível municipal.

Tabela 4. Alterações no QRE

QRE PDMOH 2014		QRE PDMOH 2021	
Instrumento	Âmbito Nacional	Instrumento	Âmbito Nacional
Instrumento	Acrónimo	Instrumento	Acrónimo
		Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Agenda 2030
		Estratégia Portugal 2030	EP 2030
Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial	PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015	ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015	ENDS
Plano Nacional da Água	PNA	Plano Nacional da Água	PNA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)	PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2014-2020)	PENSAAR 2020
Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (2007-2013)	ENEAPAI	Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (2030)	ENEAPAI 2030
Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (2007-2016)	PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos	PERSU 2020+
Plano Rodoviário Nacional	PRN2000	Plano Rodoviário Nacional	PRN2000
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT	Estratégia Turismo 2027	ET27
Plano Nacional de Desenvolvimento Rural	PNDR	Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020)	PDR 2020
Programa Operacional Temático Valorização do Território	POTVT (QREN)		
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN 2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN 2000
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030	ENCNB 2030
Plano Nacional para as Alterações Climáticas	PNAC	Plano Nacional Energia e Clima 2030	PNAC 2030
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
		Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050
		Programa de Ação para as Alterações Climáticas	P – 3AC

<b>Âmbito Regional</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Acrónimo</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Acrónimo</b>
Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego	PBHM	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Vouga Mondego e Lis (RH4)	PGRH4
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROTC	Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT - C
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte	PROFPIN	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF - CL
		Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
		Programa Operacional Centro 2020	CENTRO 2020
<b>Âmbito Municipal</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Acrónimo</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Acrónimo</b>
		Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM – Região de Coimbra	PIAAC CIM - RC
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PMDFCI
Plano Municipal de Emergência	PME	Plano Municipal de Emergência	PME
Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital	PDMOH		



## 5. INCERTEZAS E ACONTECIMENTOS INESPERADOS

As incertezas e acontecimentos inesperados podem ser encarados sob diferentes perspetivas, importando, no presente contexto de análise assumir que estas situações se interligam com os riscos de natureza diversa e que são mais suscetíveis de dar origem a acidentes graves ou catástrofes.

De acordo com o Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal (2009), um risco é a *“Probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos.”*

No que diz respeito a riscos, a 1ª Revisão do PDMOH não abordou de forma exaustiva a identificação e caracterização dos riscos capazes de ocorrer no município. Nesta sede, torna-se importante ponderar as recomendações da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), relativamente ao tipo de riscos existentes, nomeadamente:

- Riscos Naturais – riscos resultantes do funcionamento dos sistemas naturais e que dependem da ocorrência de eventos naturais, tais como ciclones, sismos, secas, ondas de calor, entre outros;
- Riscos Tecnológicos – riscos decorrentes da ocorrência de acidentes, que ocorrem de forma súbita e estão associados a atividades humanas, tais como transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas, gasodutos e oleodutos, entre outros;
- Riscos Mistos – riscos que advêm da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais, tais como incêndios, acidentes de poluição, entre outros.

No Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Oliveira do Hospital (PMEPCVOH), encontram-se identificados os riscos mais suscetíveis de provocar acidentes graves ou catástrofes no concelho.

A tabela seguinte apresenta os riscos com maior probabilidade de decorrer no concelho de Oliveira do Hospital, com efeitos ambientais significativos, bem como a legislação que regulam algumas atividades.





**Tabela 5.** Riscos naturais, tecnológicos e mistos analisados no âmbito do PMEPCOH.

Categoria	Designação	Legislação	
Naturais	Condições meteorológicas adversas	Ventos fortes, tornados e ciclones	
		Secas	Lei n.º 58/2005 <sup>1</sup> , de 29 de dezembro - Lei da Água, Artigo 41º
		Ondas de calor	
		Vagas de frio	
		Nevões	
	Hidrologia	Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro – Revisão do RJREN</li> <li>• Decreto-Lei n.º 166/2008<sup>2</sup>, de 22 de agosto - Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) (Anexo I Secção III)</li> <li>• Diretiva 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2007 - Avaliação e gestão dos riscos de Inundações.</li> <li>• Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água.</li> <li>• Lei n.º 54/2005<sup>3</sup>, de 15 de novembro – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos (art.22º e seguintes).</li> <li>• Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias.</li> </ul>
		Geodinâmica interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio – Aprova o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA) (art.º 28º e seguintes)</li> </ul>
		Geodinâmica externa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro – Revisão da RJREN.</li> <li>• Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto – RJREN (Anexo I Secção I).</li> </ul>
	Tecnológicos	Vias de comunicação e infraestruturas	Colapso/estrago avultado em edifícios
			Acidentes em infraestruturas hidráulicas
Acidentes viários e/ou aéreos			
Atividade industrial e comercial		Acidentes industriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n.º 220/2008<sup>30</sup>, de 12 de novembro – Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)</li> <li>• Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto</li> <li>• Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio – Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico ou de Armazenagem de Produtos Explosivos</li> </ul>

<sup>1</sup> O Decreto-Lei n.º 58/2005 foi objeto de algumas alterações, consoante as mesmas dos diplomas seguidamente enunciados: Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 44/2017, de 19 de junho.

<sup>2</sup> O Decreto-Lei n.º 166/2008 foi objeto de algumas alterações, consoante as mesmas dos diplomas seguidamente enunciados: Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro, Decreto-Lei n.º 239/2012, de 02 de novembro, Decreto Lei n.º 96/2013, de 19 de julho e Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

<sup>3</sup> O Decreto-Lei n.º 54/2005 foi objeto de algumas alterações, consoante as mesmas dos diplomas seguidamente enunciados: Retificação n.º 4/2006, de 11 de janeiro, Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro, Lei n.º 34/2014, de 19 de junho e Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.

	<b>Categoria</b>	<b>Designação</b>	<b>Legislação</b>
	<b>Transporte</b>	Transporte de mercadorias perigosas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 170-A/2007<sup>4</sup>, de 4 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2008, de 3 de abril</li> <li>Decreto-Lei n.º 124-A/2004<sup>5</sup>, de 26 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 391-B/2007, de 24 de dezembro</li> </ul>
	<b>Comportamentos humanos</b>	Concentrações humanas Terrorismo	
<b>Mistos</b>	<b>Relacionados com água</b>	Contaminação da rede pública de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 81/2013<sup>6</sup>, de 14 de junho - Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária.</li> <li>Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho - Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.</li> <li>Despacho n.º 8277/2007<sup>7</sup>, de 9 de maio - Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais.</li> <li>Decreto-Lei n.º 118/2006<sup>8</sup>, de 21 de junho - Aprova o regime jurídico a que fica sujeita a utilização agrícola das lamas de depuração.</li> <li>Despacho n.º 626/2000<sup>9</sup>, de 6 de junho - Normas para a utilização de águas russas na rega de solos agrícolas.</li> <li>Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de março e Portaria n.º 257/2003, de 26 de março - Proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola - zonas vulneráveis.</li> <li>Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de julho - Estabelece as disposições relativas à recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático.</li> </ul>
	<b>Relacionados com a atmosfera</b>	Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 124/2006<sup>10</sup>, de 28 de junho, na sua redação atual - Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</li> <li>RCM n.º 65/2006, de 26 de maio - Aprova o PNDFCI</li> </ul>

Tendo em conta a informação apresentada na tabela supra, vale ressaltar a importância do cumprimento das normas legais mencionadas, com vista a redução dos efeitos adversos no

<sup>4</sup> O Decreto-Lei n.º 170-A/2007. Aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) e outras regras respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 124-A/2004 aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Caminho de Ferro.

<sup>6</sup> O Decreto-Lei n.º 81/2013 foi objeto de algumas alterações, constando as mesmas dos diplomas seguidamente enunciados: Retificação n.º 31/2013, de 24 de julho e Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

<sup>7</sup> Despacho Conjunto do MAOTDR e MADRP.

<sup>8</sup> Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 86/278/CE (EUR-Lex), do Conselho, de 12 de junho, relativa à proteção do ambiente e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração.

<sup>9</sup> Despacho Conjunto do MADRP e MAOT.

<sup>10</sup> Alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro.

ambiente que possam resultar de possíveis acidentes graves ou catástrofes. Para tal, será necessário a adoção de mecanismos de prevenção à ocorrência de acidentes passíveis de gerar efeitos ambientais, tais como desenvolvimento de ações de fiscalização junto das principais fontes emissoras de poluição, a fiscalização em torno das atividades associadas ao armazenamento e transporte de matérias perigosas e a promoção de ações de sensibilização junto da população no sentido de incrementar as ações periódicas de limpeza da floresta.



## 6. PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE CONTROLO

Com base na análise da execução das medidas de controlo previstas, considera-se relevante a revisão/atualização do Plano de Controlo inicialmente estabelecido no âmbito da AAE e posteriormente vertido na Declaração Ambiental, visando o reforço da operacionalização de avaliações futuras. Contudo, é expectável a ocorrência de uma possível adaptação deste quadro aquando da elaboração do Relatório Ambiental, onde será formalizado um novo Plano de Controlo, a incluir na futura Declaração Ambiental.

A análise do Plano de Controlo anterior, constatou-se a falta de dados atuais para alguns dos indicadores. Ademais, entende-se que estes últimos eram demasiado numerosos, um total de 72 indicadores para 5 critérios de avaliação, excedendo, em muito, o valor recomendado pela APA (máximo 20 indicadores). Neste contexto, propõe-se o se o seguinte Plano, com a sintetização de alguns critérios, bem como os respetivos indicadores.

**Tabela 6.** Proposta de revisão do Plano de Controlo.

FCD	Indicador	Unidade	Meta	Valor Base (VB)	Ano do VB / Fonte
Ordenamento do Território	<b>As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento</b>				
	Evolução da oferta de solo industrial e seu grau de ocupação	ha	-	225	2020 / CMOH
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	-	156,9	2023 / CMOH
	Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	Nº de estabelecimentos	-	29	2023 / CMOH
	Índice de poder de compra – IPCC	%	-	75,4	2023 / Pordata
	<b>Instrumentos de gestão territorial</b>				
	Evolução global das áreas urbanas	ha	-	2142,1	2020 / CMOH
	<b>Condicionantes, áreas naturais</b>				
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	-	2573,77	2023 / CMOH
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	-	4816,6	2023 / CMOH
Qualidade Ambiental	<b>Abastecimento de água</b>				
	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	PEAAS AR 2020: 95%	94	2019 / CMOH



FCD	Indicador	Unidade	Meta	Valor Base (VB)	Ano do VB / Fonte
	Água Segura	%	PENSA AR 2020: 99%	99	2020 / ERSAR
	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	Reduzir	17	2019 / CMOH
<b>Drenagem e tratamento de águas residuais</b>					
	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	PENSA AR 2020: 90%	87%	2020 / CMOH
	Eficiência do tratamento realizado	%	Melhorar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ETAR Digueifel: CBO5: 87% CQO: 85% SST: 84%;</li> <li>• ETAR Casal de Abade: CBO5: 95% CQO: 91% SST: 94%;</li> <li>• ETAR Ervedal da Beira: CBO5: 75% CQO: 64% SST: 74%;</li> <li>• ETAR Vendas Gavinhos: CBO5: 84% CQO: 77% SST: 77%;</li> <li>• ETAR Pólo Industrial do Seixo: CBO5: 56% CQO: 60% SST: 44%.</li> </ul>	2019 / CMOH
	Número de ETAR em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas	N.º	Aumentar	0	2020 / CMOH
<b>Recursos hídricos</b>					
	Estado das massas de água superficiais e subterrâneas	Estado global (2º Ciclo)	Melhorar	<b>Rio de Mel (PT04MON0604):</b> Bom e Superior; <b>Ribeira de Arca (PT04MON0611):</b> Bom e Superior; <b>Rio Seia (PT04MON0614):</b> Inferior a Bom; <b>Ribeiro do Esporão (PT04MON0615):</b> Bom e Superior; <b>Rio Cobral (PT04MON0616):</b> Inferior a Bom; <b>Rio Mondego (PT04MON0618B):</b> Inferior a Bom; <b>Rio de Cavalos (PT04MON0625):</b> Inferior a Bom; <b>Ribeira de Pomares (PT04MON0641):</b> Bom e Superior; <b>Ribeira do Pinheiro (PT04MON0645):</b> Bom e Superior; <b>Rio Alva (PT04MON0658):</b> Bom e Superior	2016 / APA
	Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	Nº	aumentar	0	2020 / CMOH
<b>Recolha e tratamento de RU</b>					
	Captação dos RU	Kg/(hab.ano)	350 (2025)	400,5	2019 / INE

FCD	Indicador	Unidade	Meta	Valor Base (VB)	Ano do VB / Fonte
	Taxa de valorização e reciclagem	%	PERSU 2020+: Reciclagem de 55% até 2025	Aterro: 78,9; Valorização orgânica: 9,1; Reciclagem: 12.	2019 / INE
	<b>Poluição sonora</b>				
	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	N.º	0	3	2010 / CMOH
	<b>Qualidade do ar</b>				
Qualidade do Ar	Índice QualAr	-	MB: 167; Bom: 122; Médio: 74.	2020 / APA	
Riscos Naturais e tecnológicos	<b>Incêndios</b>				
	Evolução anual do número de ignições e área ardida	Nº/ha	Diminuir	17 ocorrências/4,65ha ardidos	2020 / ICNF
	<b>Erosão dos solos</b>				
	Evolução da área com risco de erosão	ha	diminuir	217,7	Planta de Condicionantes / 2010
	<b>Cheias</b>				
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia	%	diminuir	1,4	2020 / CMOH
	<b>Exposição ao Radão</b>				
	Percentagem de áreas urbanizáveis inseridas em áreas com risco de elevado	%	-	5,2	2020 / CMOH
Biodiversidade	<b>Explosão</b>				
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de explosão	ha	-	5,11 (Zona de Proteção)	2023 / CMOH
	<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)</b>				
	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	N.º	1	0	2020/ CMOH
Património cultural	<b>Valores arqueológicos e arquitetónicos</b>				
	Património arquitetónico classificado	Nº	-	25	2023/ CMOH
	Património arqueológico	Nº	-	3	2023/ CMOH



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos das alterações no território, resultantes da execução da 1ª Revisão do PDMOH, não são evidentes no concelho, fora os previstos aquando da avaliação ambiental estratégica a que a revisão do plano foi submetida em 2014. No entanto, o município tem vindo a promover atividades e projetos de melhoria ambiental, designadamente, na área da mobilidade urbana sustentável, onde se destaca a construção ciclovias, criação de zonas pedonais e aposta em veículos de baixas emissões, juntamente com os postos de carregamento de veículos elétricos.

O Município desenvolveu de igual forma ações relativas à reciclagem, destinadas a todo o tipo de público, desde os mais pequenos até aos séniores, nomeadamente, “Ideia com Futuro – Reciclar no Planalto Beirão”, uma iniciativa promovida pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB).

A AMRPB, fundada em 1991, atualmente formada por 19 municípios da região do Planalto Beirão, proveio da necessidade conjunta de encontrar soluções inovadoras e sustentáveis para a gestão, tratamento e valorização dos resíduos urbanos.

O projeto “Ideia com Futuro” têm como objetivo alertar a população para a importância da diminuição da produção de resíduos e o papel da reciclagem como um dos motores da Economia Circular e da sustentabilidade.

O Município de Oliveira do Hospital investiu fortemente no aumento da recolha seletiva dos resíduos urbanos. Para tal, reforçou a disposição de ilhas ecológicas na cidade e em várias freguesias do concelho, melhorando não só a eficiência no processo de recolha, bem como a qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que estes equipamentos são mais higiénicos e impedem a libertação de odores.

Ainda na área ambiental, o Município promoveu do mesmo modo a sensibilização para a questão da eficiência e consumo energético. Somando a isso, desde 2013, o município de Oliveira do Hospital tem vindo a implementar um Programa de Eficiência Energética, através de um Protocolo celebrado com a Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açôr, que tem como objetivo principal a redução da faturação de energia elétrica.

As medidas do programa acima citado basearam-se essencialmente na substituição de sistemas de iluminação públicas, sistemas solares fotovoltaicas e de águas quentes sanitárias em edifícios públicos, tais como o Pavilhão Municipal, a Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital, o Centro Escolar de Nogueira do Cravo, o edifício sede da Escola Profissional de

Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, o edifício da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e os Paços do Município.

A consolidação as redes de abastecimento e drenagem e tratamento das águas residuais foi também marco importante no Município, tanto a nível ambiental como social, pois para além de contribuir para a mitigação da atividade humana, melhora a qualidade de vida dos munícipes.

O Município de Oliveira do Hospital encontra-se abrangida pelo Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (PIAAC-CIM-RC), aprovado em 2017, onde estão contempladas as seguintes informações:

- Especificidades setoriais do território da CIM-RC;
- Vulnerabilidade atual e futura da CIM-RC às alterações climáticas;
- Identificação, definição e priorização de medidas de adaptação para a CIM-R.

O desenvolvimento da PIAAC-CIM-RC integra-se no conjunto de ações a realizar ao abrigo do cumprimento do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), aprovado pela Comissão Europeia na Decisão C (2014) 10.100, de 16 de dezembro, contribuindo da mesma forma para a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC).

Em suma, o Município de Oliveira de Hospital tem vindo a traçar um percurso em direção à sustentabilidade, fomentando um território com menos poluição, crucial para o bem-estar da sua população e uma qualidade de vida digna. Nesta senda, é de extrema importância a continuação dos trabalhos desenvolvidos desde entrada em vigor da 1ª Revisão do PDMOH, visando o alcance dos objetivos estratégicos de desenvolvimento, estabelecidos pelo Município. Posto isto, a definição de indicadores de seguimento mais objetivos e mensuráveis, é essencial para a disponibilização dos elementos imprescindíveis ao processo de tomada de decisão, em tempo útil, logo, a reformulação do Plano de Controlo resultante no procedimento de AAE relativo à 1ª Revisão do PDMOH mostrou se ser necessária.

O novo Plano de Controlo considera a relevância e a adequabilidade dos indicadores de seguimento estabelecidos inicialmente, procurando garantir a possibilidade da sua atualização sistemática, assim como a operacionalização das atividades suturas a realizar durante a fase de seguimento de AAE.





## Referências Bibliográficas

Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Nota Técnica – A Fase de Avaliação e Controlo em sede dos Procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas. Abril 2020.

Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.

## Legislação consultada

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Resolução do Conselho de Ministros nº 110/94, de 03 de novembro

## ANEXO I

Avaliação da concretização das ações previstas no Programa de Execução e Meios de Financiamento da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal, em vigor desde 1 de outubro de 2014 – sistemas de esgoto de águas residuais.

Sistemas de Esgoto das Águas Residuais	Executado	Não executado
<b>ALDEIA DAS DEZ</b>		
Avelar		
Casal Cimeiro / Goulinho		
Chão Sobral		
Cimo da Ribeira		
Gramação		
Vale de Maceira		
Ponte das Três Entradas (**)		
<b>ALVÔCO DAS VÁRZEAS</b>		
Alvôco das Várzeas		
Parente		
<b>AVÔ</b>		
Avô		
<b>BOBADELA</b>		
Bobadela /Pinheiro dos Abraços		
<b>ERVEDAL DA BEIRA</b>		
Ervedal da Beira		
Ervedal da Beira ZI		
Fiais da Beira		
Póvoa de S. Cosme		
<b>LAGARES DA BEIRA</b>		
Quinta da Adarnela (**)		
<b>LAGOS DA BEIRA</b>		
Chamusca da Beira		
Póvoa das Quartas		
<b>LAJEOSA</b>		
Quinta do Poeiro		



Sistemas de Esgoto das Águas Residuais	Executado	Não executado
<b>LOUROSA</b>		
Lourosa / Venda da Esperança		
Campo		
Pombal		
Quinta do Seixal		
<b>MERUJE</b>		
Noguerinha		
<b>NOGUEIRA DO CRAVO</b>		
Nogueira do Cravo / Srº das Almas		
Alfangela		
Galizes		
Quinta da Costa		
Vale D. Clara		
Vendas de Galizes		
Vilela		
Santa Ovaia (**)		
<b>OLIVEIRA DO HOSPITAL</b>		
Oliveira do Hospital (**)		
Gavinhos de Baixo, Gavinhos de Cima e Vendas de Gavinhos		
Gramação		
Aldeia de Nogueira		
<b>PENALVA DE ALVA</b>		
Penalva de Alva		
Caldas de S. Paulo		
Formarigo		
Quinta do Mosteiro (**)		
Quintas de S. Pedro		
Merujais		
Sto. António do Alva		
<b>SANTA OVAIA</b>		
Santa Ovaia (**)		
Ponte das Três Entradas (**)		

Sistemas de Esgoto das Águas Residuais	Executado	Não executado
<b>S. GIÃO</b>		
S. Gião		
Alentejo		
Covão		
Parceiro		
Rio de Mel		
Quinta do Mosteiro (**)		
<b>S. PAIO DE GRAMAÇOS</b>		
Catraia de S. Paio e S. Paio de Gramaços (**)		
<b>S. SEBASTIÃO da FEIRA</b>		
S. Sebastião da Feira		
Ponte das Três Entradas (**)		
<b>SEIXO DA BEIRA</b>		
Seixo da Beira / Póvoa		
Aldeia Formosa		
Felgueira		
Pedras Ruivas		
Seixas		
Sobrede		
Vale Torto		
<b>TRAVANCA DE LAGOS</b>		
Travanca de Lagos		
Andorinha		
Negrelos		
Tijelinho / Quinta da Sadarnela		
Quinta da Adarnela (**)		
<b>VILA FRANCA DA BEIRA</b>		
Vila Franca da Beira		
<b>VILA POUCA DA BEIRA</b>		
Vila Pouca da Beira		
Digueifel (**)		

## ANEXO II

Avaliação da concretização das ações previstas no Programa de Execução e Meios de Financiamento da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal, em vigor desde 1 de outubro de 2014 – sistemas de abastecimento de água

Sistemas de Abastecimento de Água	Executado	Não executado
<b>ALDEIA DAS DEZ</b>		
Avelar		
Casal Cimeiro / Goulinho		

Sistemas de Abastecimento de Água	Executado	Não executado
Chão Sobral	Executado	
Cimo da Ribeira	Executado	
Gramação	Executado	
Vale de Maceira	Executado	
Ponte das Três Entradas (**)	Executado	
<b>ALVÔCO DAS VÁRZEAS</b>		
Alvôco das Várzeas	Executado	
Parente	Executado	
<b>AVÔ</b>		
Avô	Executado	
<b>BOBADELA</b>		
Bobadela /Pinheiro dos Abraços	Executado	
<b>ERVEDAL DA BEIRA</b>		
Ervedal da Beira	Executado	
Ervedal da Beira ZI		Não executado
Fiais da Beira	Executado	
<b>LAGARES DA BEIRA</b>		
Quinta da Adarnela (**)	Executado	
<b>LAGOS DA BEIRA</b>		
Chamusca da Beira	Executado	
<b>LAJEOSA</b>		
Malhadoura	Executado	
<b>LOUROSA</b>		
Lourosa / Venda da Esperança	Executado	
Campo	Executado	
Pombal	Executado	
Quinta do Seixal	Executado	
<b>MERUJE</b>		
Noguerinha	Executado	
<b>NOGUEIRA DO CRAVO</b>		
Nogueira do Cravo / Srº das Almas	Executado	
Alfangela	Executado	
Galizes	Executado	
Quinta da Costa		Não executado
Vale D. Clara	Executado	
Vendas de Galizes	Executado	

Sistemas de Abastecimento de Água	Executado	Não executado
Vilela		
<b>OLIVEIRA DO HOSPITAL</b>		
Oliveira do Hospital (**)		
Gavinhos de Baixo, Gavinhos de Cima e Vendas de Gavinhos		
<b>PENALVA DE ALVA</b>		
Penalva de Alva		
Caldas de S. Paulo		
Formarigo		
Quinta do Mosteiro (**)		
Sto. António do Alva		
<b>SANTA OVAIA</b>		
Ponte das Três Entradas (**)		
<b>S. GIÃO</b>		
S. Gião		
Alentejo		
Covão		
Parceiro		
Rio de Mel		
<b>S. PAIO DE GRAMAÇOS</b>		
Catraia de S. Paio e S. Paio de Gramaços (**)		
Chamusca da Beira (**)		
Oliveira do Hospital (**)		
<b>S. SEBASTIÃO da FEIRA</b>		
S. Sebastião da Feira		
Ponte das Três Entradas (**)		
<b>SEIXO DA BEIRA</b>		
Seixo da Beira / Póvoa		
Aldeia Formosa		
Felgueira		
Seixas		
Sobreda		
Vale Torto		
<b>TRAVANCA DE LAGOS</b>		
Travanca de Lagos		
Andorinha		

Sistemas de Abastecimento de Água	Executado	Não executado
Negrelos		
Quinta da Adarnela (**)		
<b>VILA FRANCA DA BEIRA</b>		
Vila Franca da Beira		
<b>VILA POUCA DA BEIRA</b>		
Vila Pouca da Beira		
Digueifel (**)		



